

ELZA BERQUÓ<sup>1</sup>

## Um depoimento

<http://dx.doi.org/10.25091/S0101-3300201700010006>

DÉBORA THOMÉ

[1] Este texto integrará o livro comemorativo dos quarenta anos da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (Abep), em preparação.

A professora Elza Berquó não almoça. Ela prefere tomar um bom café da manhã, comer um sanduíche e depois, uma vez em casa no fim da tarde, almoçar. Trabalha o tempo todo. Faz musculação e hidroginástica duas vezes por semana. Casou-se duas vezes. Do primeiro marido, se separou. Do segundo, ficou viúva. Por opção, não teve filhas ou filhos. Mas a viuvez e a idade mais avançada a aproximaram de Gaia, fêmea beagle tricolor que lhe dá ternura e carinho todos os dias. Passou a vida inteira estudando fecundidade, as mulheres, a violência, os jovens. Escolheu ser demógrafa e ter, como filhos, suas pesquisas e seus alunos. Mantém o trabalho, as idas regulares ao Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap) e às reuniões do conselho do Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” (Nepo), em Campinas (SP), as leituras, os passeios e o cinema. “Você viu *O quarto de Jack?*”, me pergunta, sobre um filme recém-lançado. Acompanhou a votação do impeachment na Câmara, que ocorreria dias antes, e ficou chocada com o nível e a qualidade das declarações dos deputados, majoritariamente homens brancos.

A entrevista com Elza Berquó foi realizada em São Paulo, em agosto de 2016, e transcrita a seguir na forma de depoimento em primeira pessoa.

Do lado materno, faço parte dos 25 milhões de descendentes de italianos que vivem no Brasil. Meu avô, Salvatori, veio de Gênova para cumprir um castigo imposto pela família. Enquanto estudava para ser padre, apaixonou-se pela filha de criação da casa. Acabou sendo mandado para o Brasil e foi para Minas Gerais. Deixando o latim de lado, e usando os recursos que trouxe, abriu uma oficina mecânica, que logo se tornaria a maior da cidade de Uberaba (MG). Virou maçom. Minha avó, caçula de uma família de sete irmãos, os Abbate, veio da região rural de Bolonha, na grande leva que, a partir da metade do século XIX, migrava à procura de trabalho. Foram co-

lonos em Conquista (MG). Minha avó estava de casamento marcado na colônia em que vivia, quando por acaso conheceu meu avô, no dia em que foi à cidade para comprar o vestido de noiva. Foi amor à primeira vista, e acabaram se casando. Tiveram apenas uma filha, minha mãe, o que na época era bastante raro, dada a alta fecundidade que prevalecia no país. Soube mais tarde que eles praticavam o coito interrompido, muito usado no país de origem.

Do lado paterno, os Berquó vieram com a corte portuguesa.

Cresci na religião católica, indo à missa todos os domingos e comungando com frequência. Na adolescência, passei por várias crises quanto à existência de Deus, que me acompanharam até a universidade. Eu me graduei em matemática pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas, em 1947. Tive excelentes professores, com quem aprendi muito sobre análise e geometria. Quando conheci a geometria de Lobachevsky,<sup>2</sup> segundo a qual, ao contrário da euclidiana, duas retas paralelas se encontram em algum lugar, a noção de infinito, de religiosa, passou a ser apenas científica. Tornei-me agnóstica, o que sou até hoje.

[2] Nikolai Lobachevsky, matemático russo do século XIX.

Meu primeiro emprego foi como assistente do Departamento de Bioestatística, dirigido pelo médico-matemático Pedro Egydio de Oliveira Carvalho, na então Faculdade de Higiene e Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP). Vim direto de Campinas, a despeito das preocupações familiares. Conhecia poucas pessoas, era uma vida muito solitária.

Fui morar na casa de uns parentes distantes, com a condição de que, todas as tardes, voltasse do trabalho para casa. Com poucos recursos, lanchava na própria faculdade. Certo dia, cheguei mais cedo e descobri que a dona do apartamento organizava carreado a dinheiro, no período da tarde, em meio a uma fumaceira danada. Eu sempre fui apaixonada por jogos. Ela me pediu sigilo quanto ao fato; prometi, desde que um dia pudesse jogar. Em uma tarde, perdi meu salário inteiro, sem me sobrar dinheiro sequer para o bonde. Com muita vergonha, fui até o dr. Pedro Egydio pedir um empréstimo. Ele me fez prometer que não jogaria novamente — o que, evidentemente, não cumpri.

Os primeiros passos na estatística eram como caminhar em um mundo novo. Os modelos probabilísticos, em contraste com o determinismo matemático, alargavam e arejavam o pensamento. Particularmente marcante foi um curso de especialização em inferência estatística, ministrado na Faculdade de Filosofia da USP pelo professor convidado William Meadow. Baseava-se no livro recém-publicado do estatístico sueco Harald Cramér (1893-1985),<sup>3</sup> disponível apenas em inglês. Com a ajuda do dr. Pedro Egydio, digerimos as quase seiscentas páginas do que se tornou nossa bíblia. Em diversas ocasiões, folheio Cramér e saudosamente afaço as anotações deixadas pelo dr.

[3] Cramér, Harold. *Mathematical Methods of Statistics*. Princeton: Princeton University Press, 1946.

Egydio, na tentativa de, às vezes com sucesso, propor alternativas para demonstrações de algumas fórmulas.

Em 1951, aos 26 anos, saltei o doutorado e, após concurso de títulos e provas, tornei-me livre-docente em bioestatística pela USP.

Com bolsa concedida pela Organização Pan-Americana da Saúde (Opas), fiz, no período 1956-1957, especialização em bioestatística na Escola de Saúde Pública e Medicina Administrativa da Universidade Columbia, em Nova York, situada fora do campus, na rua 168. Na saúde pública, três professores marcaram meu aprendizado, não só pela competência, mas também pela humanidade: William Fertig, Agnes Burger e Ruth Gold. Combinava esse curso com outro sobre probabilidades, à noite, no campus, na rua 116, onde brilhava o talento de Herbert Robbins. Durante o verão, fiz ainda um curso sobre teoria da amostragem, na Universidade de Michigan, em Ann Arbor.

Durante minha permanência nos Estados Unidos, enfrentei algumas dificuldades, principalmente na vida universitária, ligadas a diferenças ou choques de cultura: atenção e cuidado com o outro interpretados como invasão de privacidade (já crime naquela época); trocas de anotações de aulas perdidas entre colegas de curso veementemente negadas, dada a competitividade no futuro.

Pude apreciar também o que representava no imaginário das jovens estudantes americanas as noites das sextas-feiras, quando aconteciam, ou não podiam deixar de acontecer, os *dates* e os *double-dates*.

No cadastro da universidade, o item religião não podia aceitar a alternativa “sem religião”. Contra minha vontade, registrei que havia sido educada na religião católica. A partir daí, a senhoria do apartamento onde morávamos vários latino-americanos em Nova York não me poupava nenhum domingo, batendo com força na porta de meu quarto para que eu não perdesse a missa. Como não tinha nenhum interesse em ir à missa, aproveitava o tempo para conhecer os vários museus da cidade.

Em Nova York, senti a beleza da neve pela primeira vez e, com o passar do tempo, fui perdendo a vontade de voltar ao Brasil. Contudo, esse era o meu compromisso.

Na volta, em 1958, pude verificar algumas mudanças no conteúdo e na didática das aulas, parte delas fruto de uma correspondência robusta mantida com o dr. Pedro, conforme promessa feita a ele antes de viajar. Com entusiasmo, conversamos sobre novos planos para o departamento. A convivência foi muito curta, devido à sua morte prematura, aos 48 anos. A orfandade doeu muito fundo.

Diante do infortúnio, o sentimento entre os colegas do departamento e também da diretoria da faculdade era de que deveríamos estar preparados para concorrer à cátedra, quando o concurso fosse aberto. Por decisão unânime, caberia a mim a difícil missão.

Em correspondência com Agnes Burger e Ruth Gold, pensamos que uma tese apropriada deveria considerar a aplicação de um método estatístico relativamente novo a problemas de saúde pública. Concordei, embarquei e passei dois meses com elas em Nova York. Encontramos nos trabalhos do húngaro Abraham Wald (1902-1950),<sup>4</sup> professor do Departamento de Estatística Matemática da própria Columbia, a possibilidade desejada, ou seja, trabalhar com sua análise estatística sequencial. Esse método se diferencia dos testes de hipóteses consagrados, no sentido de que uma hipótese pode ser aceita, rejeitada, ou a decisão adiada por falta de evidências suficientes para decidir. Com isso, o tamanho da amostra deixa de ser fixado a priori e torna-se uma variável aleatória. Decidiu-se, em colaboração com o Departamento de Pediatria da Faculdade de Medicina de Columbia, utilizar dados de um estudo já concluído, que visava comparar dois medicamentos para tratamento de prematuros.

Assim nasceu minha tese para o concurso de cátedra da Faculdade de Higiene e Saúde Pública, realizado em 1960: *Sobre a análise sequencial para testes de hipóteses relativas a proporções*.

Ao assumir a coordenação do departamento, este já contava com as disciplinas bioestatística e estatística vital, bem como com o Centro de Classificação de Enfermidade e Doenças, apoiado pela Opas, cujo propósito era manter atualizadas normas estabelecidas. Senti logo a necessidade de criar formalmente uma área de estatística matemática e fortalecê-la com a presença de jovens assistentes, com formação em matemática. Eram os ecos das leituras de Cramér. Fui então ao reitor, e eminente médico, Antonio Barros de Ulhôa Cintra, para expor a situação da não área na universidade e a necessidade de dar-lhe vida. Foi a inspiração necessária para que Cintra, em consultoria com a Fundação Ford, de Nova York, sugerisse um convite ao prof. Jerzy Neyman, diretor do Departamento de Estatística da Universidade da Califórnia em Berkeley.

Um dos mais renomados estatísticos-matemáticos do mundo, o húngaro Neyman chega em São Paulo em 1961, com o objetivo de propor a estrutura de um instituto de estatística na USP. Na época, ele desenvolvia modelos estocásticos para estudo de epidemias e prestava grande contribuição para o campo da astronomia.

Uma vez que o campus da USP estava em fase final de construção, Cintra achou por bem que Neyman trabalhasse no hotel, oferecendo-lhe, para tanto, uma suíte extra. A pedido de Cintra, eu deveria ser uma espécie de chefe de cerimônia. Juntos, marcamos entrevistas com pessoas de diversos setores: Departamento Estadual de Estatística, Faculdade de Economia, Faculdade de Filosofia, Instituto Biológico, Instituto Agrônomo, Faculdade de Medicina, além da de Matemática. O grupo se encontrava nesse mesmo hotel para as reuniões de tra-

[4] Wald, Abraham. "Sequential Tests of Statistical Hypotheses". *The Annals of Mathematical Statistics*, v. 16, n. 2, pp. 117-186, 1945.

[5] “Organizational Outline of the Proposed Institute of Statistics at the University of São Paulo”, 1961.

balho. Ao longo das reuniões, Neyman tomava vitaminas de todas as cores, e nem eu escapei das coloridinhas. Após vários debates e trocas de opiniões, Neyman já tinha o material necessário para seu relatório final. Chegou o dia da entrega do documento ao reitor. Ambos fizeram questão de selar o compromisso na reitoria da USP.

Com o prédio ainda em obras, não tendo sequer vidros nas janelas, subimos as escadas debaixo de chuva até a sala do reitor, onde havia somente uma cadeira. Nessas condições, Neyman disse: “*Here is my report*”.<sup>5</sup> Nada mais foi debatido ou falado. Após a partida de Neyman, o reitor convocou uma reunião com todas as pessoas que estiveram envolvidas na preparação do relatório. Diga-se de passagem que Neyman, ao nominar alguns professores ou pesquisadores com alguma chance de, após uma permanência em Berkeley, assumir a direção do futuro instituto, descontentou muita gente. Isso deu margem a uma acalorada discussão, com enorme disputa de poder. Em meio ao desentendimento, Cintra deu um murro na mesa: “Vocês não querem um instituto de estatística, vocês querem um clube!”. Esse murro ressoou por vários anos, e um instituto de estatística, autônomo, nunca foi criado. Em 1970, a USP o incorporou no Instituto de Matemática e Estatística (IME).

A etapa seguinte foi encaminhar os jovens assistentes formados em matemática, recém-contratados, a fazerem doutorado nos Estados Unidos, inclusive em Berkeley.

No Brasil, repercutia o acalorado debate, iniciado em meados dos anos 1960 pelos países ditos mais desenvolvidos. A preocupação residia no rápido crescimento populacional no bloco dos países mais pobres. Começava em vários países em desenvolvimento, inclusive no Brasil, a primeira fase da transição demográfica, caracterizada pelo declínio da mortalidade e pela manutenção de altos níveis de fecundidade. A redução da mortalidade, iniciada nos anos 1950, resultou de esforços concentrados de organismos internacionais, em torno de uma visão de prevenção e erradicação de doenças e controle de epidemias.

Nos anos 1960, contava-se apenas com a herança dos trabalhos de Giorgio Mortara, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), baseados nos censos de 1940 e 1950, conduzidos sob sua inspiração e responsabilidade. O atraso, ocorrido durante o regime militar, na divulgação dos resultados do recenseamento de 1960 dificultou a análise da tendência da fecundidade no Brasil.

Surpreendidos pelo neomalthusianismo que se instalava no país, e contando com muito poucas pesquisas para esclarecer tendências e condicionantes das mudanças de comportamento da população no campo da reprodução, o departamento inicia em setembro de 1965 a pesquisa sobre “Reprodução humana no distrito de São Paulo”. Seus

objetivos eram investigar os antecedentes reprodutivos da população do distrito da capital e acompanhar, durante um determinado período, o comportamento da mulher residente em São Paulo com relação à reprodução. A pesquisa permitiu observar o início do declínio no número médio de filhos por mulher, a partir de 1965, o que seria mais tarde confirmado com a publicação, em 1978, dos resultados do censo de 1960. Ou seja, o país iniciou a segunda fase da transição demográfica entre 1960 e 1970.

Da perspectiva institucional, o país dispunha, na época, do Centro Brasileiro de Estudos Populacionais, na Escola Nacional de Estatística do IBGE, criada em 1952. Contava também, desde 1966, com o Setor de Demografia do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e o Banco do Nordeste completavam o quadro de órgãos públicos que incluíam elementos de demografia para nortear suas políticas.

No âmbito da América Latina, contava-se com o Centro Latino-americano y Caribeño de Demografía (Celade), criado no Chile, em 1957, pela Divisão de População da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal).

Nesse contexto, ganha força a ideia da criação, junto ao Departamento de Estatística Aplicada, de um centro de ensino e pesquisa em demografia. Contando com o apoio da Opas, cria-se em 1966 o Centro de Estudos de Dinâmica Populacional (Cedip), único de cunho acadêmico no país. Esse processo se dá em plena vigência do regime militar, que até então havia baixado quatro Atos Institucionais, dois dos quais em 1966.

Aliás, na questão do aumento populacional, os militares estavam divididos: para alguns, o crescimento populacional seria bem-vindo, dada a extensão territorial do país; para outros, o crescimento populacional poderia reprimir o desenvolvimento. Mas, de modo geral, eles faziam vistas grossas ao controle da natalidade, promovido de fora para dentro do país.

O convênio entre a Faculdade de Higiene e Saúde Pública e a Opas previa recursos por cinco anos, incluindo salários e bolsas, para implantação do Cedip. Após esse período, os valores deveriam ser garantidos pela própria faculdade. Em primeiro lugar, contaríamos com uma consultoria de alto nível na área de demografia. Isso se concretizou com a visita, por um mês, da eminente demógrafa Irene Tauber, da Universidade Princeton. Com ela foram planejados currículos para os futuros cursos de pós-graduação em demografia. Desse plano, fazia parte também a escolha de universidades estrangeiras de notório saber em estudos populacionais. Todo esse esforço compartilhado para construir ferramentas capazes de expor as marcas das desigualdades de direitos, sociais, econômicos e étnico-raciais,

na população brasileira se deu como que dentro de uma muralha, que nunca chegou a ser invadida pelas Forças Armadas, como ocorreu em outras unidades da USP.

De volta ao Brasil, os bolsistas estavam cheios de planos para o futuro do Cedip e da demografia.

Em 13 de dezembro de 1968, o ministro da Justiça, Luís Antônio da Gama e Silva, assina o Ato Institucional nº 5, o mais violento e autoritário de todos. Desrespeita a Constituição de 24 de janeiro de 1967, suspende garantias constitucionais, cerceia as liberdades civis e direitos individuais.

Entre todas, aquela foi a noite mais longa e mais escura. Ao ouvir *A voz do Brasil*, fiquei sabendo que o AI-5 havia interrompido carreiras de eminentes professores e pesquisadores da USP. Dentre eles, muitos colegas e amigos. Do Cedip, Paul Singer e eu fomos aposentados compulsoriamente.

Vimos para o Cebrap, criado em maio de 1969, sob a liderança de Fernando Henrique Cardoso, com apoio da Fundação Ford. Cândido Procópio Ferreira de Camargo dividiu, durante algum tempo, a coordenação do Cedip e a presidência do Cebrap.

Eu morava num local distante, e tudo estava sendo muito controlado. Mas felizmente pude esconder em minha casa vários jovens que optaram pela via da luta armada. Apesar de essa nunca ter sido minha opção, acreditava que era meu dever ajudá-los. Eles eram uns cinco ou seis em esquema de revezamento, mas em comum tinham o fato de estar sempre lendo. As turmas iam mudando, mas toda hora havia alguns lá em casa. Depois de uns dias de leituras sem fim, começavam a ficar entediados com o cativo. Certa vez, um deles se ofereceu para fazer algum serviço na casa, fosse conserto ou pintura. Acabaram, então, se ocupando em pintar com óleo queimado as lajotas do piso. Todos os que passaram por lá acabaram mortos. Em casa ficaram para sempre as marcas de suas emoções.

No Cebrap, com o espírito ainda vagando pelo departamento, pudemos dar prosseguimento, com os colegas do Cedip, aos trabalhos em curso. A pesquisa “Reprodução humana no distrito de São Paulo”, iniciada em 1965, produziu inúmeros trabalhos, reunidos no livro *A fecundidade em São Paulo: características demográficas, biológicas e socioeconômicas*, que veio a lume em 1977, pela Editora Brasileira de Ciências-Cebrap.

Em 1974, por um descuido de um jovem pesquisador do Cebrap, um pacote foi levado ao correio para ser despachado. No guichê, o funcionário notou que o pacote estava úmido (possivelmente por estar guardado havia muito tempo, em lugar insalubre). Isso nos levou todos à Operação Bandeirante (Oban), em que foi cumprido todo o ritual de terror, ou seja, fomos encapuzados. Sabendo que iria ser inter-

rogada, optei por me apresentar como uma mulher rica e chique, uma autêntica anticomunista. Fazia parte do disfarce uma bolsa grande, bastante sofisticada, que foi aberta e revistada. O interrogatório foi bem longo, uma vez que recentemente eu havia voltado da Conferência Mundial de População, sediada em Bucareste, na Romênia, país comunista. Após várias horas, constatei que o militar que me interrogava estava interessado no porta-níqueis encontrado em minha bolsa, uma vez que seu filho era colecionador de moedas estrangeiras.

Para realizar essa viagem e todas as outras, que foram muitas, durante o período de chumbo, era preciso uma licença especial de Brasília, e o conselho que circulava na época era não embarcar para fora e desembarcar no Brasil sem a presença de um parente ou amigo que pudesse garantir que você de fato viajou e voltou.

Dois anos depois, na madrugada de 4 de setembro, a sede do Cebrap, na rua Bahia, foi atingida por uma bomba. Um grupo que se intitulava anticomunista assumiu a autoria do atentado. O centro de estudos acabara de publicar o livro *São Paulo 1975: crescimento e pobreza*, com apoio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Esses dois acontecimentos abalaram muito o Cebrap. Foi quando tivemos a certeza de que precisávamos ter acesso a alguém do alto escalão do Exército, para explicar que não éramos um centro de “terroristas”, e sim um lugar de pesquisa, com trabalhos publicados em diversos países. O Cebrap sempre foi uma instituição aberta ao contraditório com um ethos da pluralidade muito forte.

Foi quando me lembrei que havia um general na minha família. Em contato com Olavo Berquó, meu primo, advogado em Goiânia, expliquei a situação, pedindo-lhe que intermediasse uma conversa com o general Bragança, meu parente. Fomos atendidos, Procópio e eu, mas só pudemos conversar com o militar em Goiás Velho, para não dar na vista. Na casa modesta de uma tetravó de meu pai, contamos nossa história enquanto galinhas soltas ciscavam no chão da sala. Na despedida, ela me entregou um envelope em que guardava recortes de jornal e fotos minhas.

A beleza da demografia como disciplina é lançar mão de recursos matemáticos e probabilísticos para o convívio da riqueza das ciências humanas. Ela busca entender o âmbito das desigualdades em suas variadas faces, sendo propositiva no caminho das mudanças. O meu principal interesse é formar pesquisadores, transmitir conhecimento, buscar recursos para que isso possa acontecer. Até hoje tenho inquietação pelo conhecimento e a crença na potência transformadora que ele tem.

Cada vez mais vejo que as decisões políticas são tomadas levando em conta a demografia. Não dá mais para políticos e empresários igno-



rarem nossa dinâmica populacional em suas decisões. Agora falta nós, demógrafos, falarmos uma linguagem mais amigável, ou seja, descer alguns degraus de forma que a população compreenda. As fronteiras entre as disciplinas devem ser quebradas.

Gostaria de chamar atenção para o fato de que, como pesquisadora, cometi erros e enganosa. A gente aprende muito com os erros. Por isso é fundamental ter um grupo para nos contestar — os próprios alunos são importantes críticos no aperfeiçoamento do trabalho. Eles fazem perguntas que não nos permitimos, ou que não nos ocorre. A convivência com equipes mais jovens é muito salutar, inclusive porque se trata de uma geração mais ousada, com menos hierarquias. Abre-se mais o diálogo, surgem novas maneiras de pensar, metodologias diferentes. Compartilhar é um aspecto fundamental no trabalho de pesquisa. E, para a ciência avançar, é sempre importante aparecer alguém que se insurja, que vá inovar, que proponha um novo olhar.

Olhando para o futuro, sinto que ainda falta trabalhar mais extensivamente com o enfoque das gerações. Voltar no tempo o quanto for possível, observando as coortes. Que geração marcou mais uma determinada mudança? É isso que andamos buscando para diversos temas. Particularmente, estudar a reprodução tardia por gerações, para ver quando começou o processo de postergar a maternidade e seus determinantes.

Também vejo como um campo promissor para pesquisa a questão do aumento da prematuridade em face do crescimento de partos por cesárea; da vida estressante nos centros urbanos, da luta insistente para conquistar ou manter patamares de empoderamento; viver a gestação em ambientes altamente poluídos; carregar uma gravidez não desejada, muitas vezes solitária.

Ainda não conseguimos avançar o necessário nos direitos sexuais e reprodutivos como direitos humanos, a todo momento ameaçados por visões retrógradas e conservadoras.

O conceito de família vem passando por mudanças profundas na sociedade, que se afastam de um ranço conservador. Relações afetivas dão conta do verdadeiro caleidoscópio que as abrange. Cada vez mais os instrumentos de coleta de informações precisariam ser sensíveis a essa riqueza de possibilidades das formas de viver.

Continuar a ouvir os jovens é prioritário para compreender por que precisam correr tantos riscos para se sentirem vivos.

Uma das pesquisas de que mais me orgulho foi sobre mulheres negras, conduzida nos anos 1990. A intenção era trabalhar a saúde da população negra com foco na mulher negra. Notei que, quando eram publicados editais para bolsas de pesquisa, as mulheres negras

em geral perdiam na competição. Decidi então abrir um edital só para mulheres negras para, com bolsas de pesquisa, financiadas pela Fundação MacArthur, trabalharem no primeiro estudo de ação afirmativa no Brasil. Na primeira edição do programa foram selecionadas quatro pesquisadoras negras, todas graduadas em ciências sociais, que durante dois anos adquiriram conhecimentos, treinamento para pesquisa de campo e produziram o estudo *Eu, mulher negra*. Com essa base, elas fizeram seus doutorados. O sucesso alcançado no programa levou a Fundação MacArthur a financiar uma segunda edição. Dessa vez, a seleção era feita novamente só entre pessoas negras, que já tivessem feito mestrado em ciências sociais. Ao final, elas fizeram seus doutorados, e algumas vieram a ocupar cargos docentes em universidades e/ou em organismos internacionais.

Com a anistia, fui convidada a voltar para a USP. Com a reforma universitária, a disciplina de estatística matemática migrou do Departamento de Bioestatística da Faculdade de Saúde Pública para o Instituto de Matemática e Estatística (IME). Havia duas possibilidades: voltar para a Saúde Pública ou ir para o IME. Tomada a decisão, procurei o prof. Oswaldo Forattini, diretor da Faculdade de Saúde Pública. Mesmo com o seu voto de minerva a meu favor, dado que 50% da congregação votou contra minha volta, decidi não retornar e continuar no Cebrap.

Em 1982, o prof. José Aristodemo Pinotti, reitor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), me convidou para montar um núcleo de estudos de população. Com muita alegria, aceitei o convite de um visionário que sentia a necessidade da demografia em uma universidade jovem. A única condição que impus foi não assumir os encargos burocráticos da universidade. O Nepo a princípio foi instalado em uma casa no distrito de Barão Geraldo, dividindo o espaço com o Centro de Políticas Públicas. Foram comigo, inicialmente, Maria Coleta de Oliveira e as saudosas Maria Isabel Baltar da Rocha e Neide Patarra. Da prata da casa, vieram o saudoso sociólogo Daniel Hogan e o médico Aníbal Faúndes. O núcleo aos poucos ganhou um espaço novo no campus, e desde então suas atividades de pesquisa, estudos e consultorias são sobejamente reconhecidas.

---

DÉBORA THOMÉ é jornalista, mestre em ciência política pelo Iesp-UFRJ, doutoranda em ciência política pela UFF, e autora de *O Bolsa Família e a social-democracia* (Editora FGV, 2013).